

## A “POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO” DA PARAÍBA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Avance de investigación en curso

Grupo de Trabalho: Sociologia do Desenvolvimento.

Andreza Dantas Albuquerque  
Cidoval Morais de Souza  
Universidade Estadual da Paraíba

### Resumo

O presente artigo insere-se no contexto dos estudos que tem como objetivo investigar a ação do Estado como promotor de políticas de desenvolvimento local/regional no Nordeste do Brasil, tendo como objeto de estudo a tradicional indústria paraibana. Propomos a partir da apresentação e análise de dados preliminares, mensurar os impactos socioeconômicos das estratégias de industrialização da Paraíba no desenvolvimento local e suas implicações regionais. Para tanto partiremos de pesquisas que anteriormente trataram de compreender a indústria local (BRASIL, 2005; FIEP, 2010) e da análise dos principais indicadores socioeconômicos do Estado (PIB, Indicadores de Emprego, Renda e Escolaridade). O objetivo é compreender qual a participação da indústria na economia paraibana e quanto ela reflete nos dados socioeconômico possíveis de ser mensurados.

**Palavras-chaves:** Industrialização; indicadores socioeconômicos; Desenvolvimento local.

### 1 Introdução

Partindo do pressuposto de que o perfil da industrialização recente da Paraíba é reflexo do contexto histórico das políticas de desenvolvimento conduzidas ao longo dos anos 1960 com a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como também das ações de incentivos subsidiadas a luz do ICMS como imposto estadual, nos propomos mensurar quais os resultados socioeconômicos obtidos que justifique tais estratégias, com foco no incentivo a industrialização, como alternativa de desenvolvimento local/regional.

Esse artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem como proposta ressaltar os desafios que a indústria de transformação da Paraíba tem enfrentado para desenvolver-se. Por ser uma pesquisa que está em andamento, temos limitações empíricas para avançarmos. Propomos então levantar os principais indicadores socioeconômicos do Estado, identificando neles a influência da indústria paraibana para o desenvolvimento do Estado. Para tanto partiremos de pesquisas que anteriormente trataram de compreender a indústria local (BRASIL, 2005; FIEP, 2010) e da análise dos indicadores do PIB, Emprego, Renda e Escolaridade, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tendo o setor produtivo como o motor do desenvolvimento econômico, focaremos nossa contribuição acadêmica para o setor industrial do Estado. A pretensão é compreender os possíveis porquês de a Paraíba encontrar-se em um provável panorama de regressão e letargia econômica em relação às demais economias nordestinas. De quarta maior economia nordestina em 1999, a Paraíba

representa hoje o sexto lugar entre as economias nordestinas e PIB per capita abaixo da média da regional.

A intenção é assimilar os objetivos, quais instrumentos estão sendo utilizados e quais os resultados obtidos que justifique tal dinâmica industrial como modelo de desenvolvimento e o reflexo deste modelo nas implicações socioeconômicas traduzidas nos indicadores que põe a Paraíba entre os estados do Nordeste que historicamente sofreu um processo de “regressão socioeconômica” (POLARI, 2010).

No campo teórico buscamos apresentar sobre o olhar do pensamento social (OLIVEIRA, 1977) e econômico (FURTADO, 2009; ARAUJO, 2005) brasileiro sobre a experiência do planejamento regional pensado como elemento dinamizador de economias débil e estagnadas, como se caracterizava os nove estados do Nordeste (Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Bahia, Piauí, Pernambuco e Alagoas) durante os anos de 1950, em seguida destacaremos o reflexo dessas ações no desenvolvimento do Estado e suas implicações socioeconômicas.

## **2 O contexto das políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil**

Depois de 300 anos de dependência comercial com o colonizador Portugal, é a no início do século XX que o Brasil inicia seu processo de industrialização. Esse longo processo de desenvolvimento econômico do Brasil o caracterizou como um país de economias agroexportadoras que se articulavam mais com o mercado externo do que com as suas demais regiões. Com a crise internacional de 1929 que afetou severamente o comércio exportador brasileiro, o país se volta para seu mercado interno surgindo assim à necessidade de integrar as economias regionais. A estratégia adotada para integrar as “ilhas regionais” se deu primeiramente por uma política de integração das vias comerciais com destaque para a diversificação e barateamento dos transportes.

Nesse processo de crise começa a se desenvolver na região Sudeste do país um modesto parque industrial e é entre nos anos de 1933 a 1955 que a industrialização passa a ser o motor da economia nacional. Mais precisamente nos anos de 1939 a 1956, São Paulo detinha cerca de 52% da participação na industrial nacional.

Nesse mesmo período a participação nordestina caía de 10% para 6%. O que para Cano (2007) reafirma que essa concentração industrial na região Sudeste do país é fruto do dinamismo econômico da região fortalecido pela acumulação do capital financeiro vindo da cafeicultura que foi convertido em investimentos no setor industrial do Estado. A integração expos o relativo atraso das economias da região em relação ao Sudeste, principalmente a cidade de São Paulo.

O estado de letargia da economia nordestina e o aumento de suas disparidades sociais com relação às demais regiões do país aumentavam as tensões e os conflitos entre as “forças populares” da região – ligas camponesas, igreja, proletariado urbano e rural – a burguesia industrial nordestina e as oligarquias latifundiárias. Tal processo, como aponta Oliveira (1977) estava desembocando na perda da hegemonia das classes dominantes.

É nessa arena de enfrentamento que emerge a intervenção planejada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como forma de conter os “desequilíbrios regionais” que comprometiam a “unidade nacional”. Celso Furtado, economista nordestino elaborador do diagnóstico do Nordeste – que ficou conhecido como relatório GTDN- base para as ações da Superintendência e que trazia a tona questões importantes sobre a política de integração regional do governo de Juscelino Kubitschek em vigor no final dos anos de 1950.

Furtado ousa dizer claramente que apesar de ser boa para o Brasil, à política de industrialização de Juscelino Kubitschek era ampliadora das desigualdades regionais. O alerta de Furtado era para que se havia concentração de indústrias na região Sudeste isso ocorria por falta de uma visão regional das políticas de Estado. Para Araujo (2000) Furtado expõe que se a política de câmbio era ótima para promover a industrialização do país, mas para o Nordeste ela era trágica.

A política comercial era ótima para fomentar a indústria, mas para o Nordeste ela era perversa; a política de investimentos era ótima para aumentar a dinâmica da economia nacional, mas para o Nordeste ela era quase inexistente. (ARAUJO, 2000, p. 75-76)

Outra questão posta é que a industrialização do Sudeste teria se dado à custa do Nordeste, pelas circunstâncias que o Estado teria proporcionado o processo de industrialização do país aumentando as taxas de câmbio entre o período de 1947 a 1953, prejudicando as exportações nordestinas e limitando as importações que compelia a região a ter de adquirir os produtos industrializados do Centro-Sul a preços mais inflacionados do que se adquiria no mercado externo internacional.

O GTDN contatava que as políticas de desenvolvimento postas em prática pelo governo federal estavam, inadvertidamente, agravando as disparidades regionais, devido à regressividade do sistema fiscal e o fato de que financiamentos industriais altamente subsidiados, concedidos por instituições oficiais de crédito – a exemplo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) – concentravam-se no Centro Sul. (GOODMAN; ALBUQUERQUE, 1974, p. 158)

A clareza do relatório refletia o confronto do pensamento de Furtado com a hegemonia do pensamento das elites do Nordeste que fundamentavam os problemas da região como sendo de ordem natural, por causa da seca. Furtado vai contra esse pensamento, para ele o problema do Nordeste não está na seca e sim “como a região está inserida nela” (ARAUJO, 2005, p. 217). A questão da seca como catástrofe não era ecológica e sim socioeconômica, devido à formação histórica da região. Essa concepção soava como denúncia e batia de frente com a política regional da época.

O problema da seca assombrava a região devido à organização social baseada na agricultura de subsistência e era nesta estrutura minifundiária que os impactos da escassez hídrica se concentravam. “Em síntese, a ação do governo, sob controle da classe latifundiária, reforçava as estruturas existentes e agravava os efeitos sociais da seca” (FURTADO, 1989, p.39).. A crise do Nordeste seria então de ordem social e não econômica.

Naquele momento o diagnóstico de Furtado trouxe o as desigualdades regionais para o centro das atenções políticas resultando na criação de um novo modelo de gestão para a região que compensassem as desvantagens em relação às outras regiões do país. Assim a nova política para o desenvolvimento do Nordeste visava “demonstrar a necessidade de uma reformulação radical da ação do governo federal no Nordeste e de uma rápida transformação estrutural de todo o sistema social da região” (GOODMAN; ALBUQUERQUE, 1974, p. 156) através de duas frentes, a primeira era resolver o problema agrário a partir de uma lei de irrigação.

A segunda era pelo caminho da industrialização como meio de absorção da mão de obra excedente nas capitais dos estados nordestinos, e o fortalecimento do mercado interno. A partir de então, novos projetos passaram a ser implantados no Nordeste por meio da SUDENE, e sobre a regência de Celso Furtado e Francisco de Oliveira.

A SUDENE foi criada em dezembro de 1959. O seu modelo de desenvolvimento regional era abrangente, no sentido de que buscava tratar de vários setores econômico-sociais ao mesmo tempo. Além da indústria e da agricultura, o planejamento do Nordeste incluía os seguintes setores de atividades: infraestrutura (energia elétrica, transporte, saneamento básico), abastecimento irrigação, pesca, habitação, pesquisa, saúde pública, educação de base, cartografia. Essa abrangência se devia à concepção de planejamento da época e à ausência do Governo federal em muitas dessas atividades. (TAVARES, 2006, p. 11)

A abrangência da atuação da SUDENE, como expõe Tavares (2006), só reforçava a fragilidade e a relação de dependência da região que para superar sua condição de subdesenvolvimento se fazia necessário uma presença maior do Estado. “Se a ação do Estado é importante para o Brasil, ela é fundamental para o Nordeste” (FURTADO, 2009, p. 186).

Sintetizando, o plano de ação seria conduzido pela Superintendência previa seguir pelos seguintes caminhos: a) Intensificação dos investimentos industriais; b) Transformação da economia agrícola da faixa úmida para proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos; c) Transformação das economias das zonas semiáridas para elevação da produtividade e para criar resistência aos impactos das secas; d) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste incorporando as terras úmidas maranhenses. (FURTADO, 2009, p. 88)

A intensificação dos investimentos industriais se daria priorizando quatro frentes industriais, a primeira seria a implantação de indústria siderúrgica que daria suporte aos setores da indústria transformadora do aço e do ferro. A segunda frente se daria pelos setores que possuem uma base favorável de matéria-prima como é o caso da indústria do cimento, da magnésia e da gipsita, além do aproveitamento do sisal.

A produção direta e indireta de emprego e o aumento da produção de alimentos seriam a terceira frente que para o plano convém fomentar no Nordeste. Por último e não menos importante estaria a recuperação e modernização das indústrias tradicionais da região, a exemplo da indústria têxtil algodoeira, que se configura como uma das maiores fontes de emprego da população local. Para Furtado, “dentro de uma política de desenvolvimento industrial para o Nordeste, a recuperação da indústria têxtil algodoeira deve constituir um objetivo básico” (FURTADO, 2009, p. 159).

As estratégias para avançar na intensificação dos investimentos industriais se deram através de uma política de incentivos cambiais, financeiros e fiscais, como descreve Silva (2012):

Conhecido como o 34/18<sup>1</sup>, o sistema proporcionou uma papel central no forte movimento de inversões industriais do Nordeste, proporcionado através do baixo custo do capital. Este sistema consiste em que as pessoas jurídicas possam deixar de pagar ao Tesouro Nacional até 50% do montante de seus impostos sobre a renda para investir ou reinvestir em projetos na área do Nordeste, reconhecidos pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento da região. (SILVA, 2012, p. 27)

Diante das condições de incentivos e a busca por mão de obra barata e proximidade com o mercado consumidor, várias indústrias passaram a se filiar no Nordeste. Esse sistema funcionou bem por mais de 10 anos e foi entre os anos de 1964 a 1971 que os resultados dessa dinâmica começaram a ser colhidos.

Conforme descreve Guimarães Neto (1997) as políticas setoriais da SUDENE com foco nos incentivos fiscais para atração de novas indústrias e a ação de grandes empresas estatais na década de 1960 representou o princípio da consolidação da indústria nacional, marcada pelo início da desconcentração espacial da indústria paulista que se direcionou nessa década para os demais mercados regionais, principalmente para a região Nordeste.

A ação do Governo Federal no período de 1960-1980 proporcionou um novo processo de integração produtiva inter-regional. A participação industrial do Nordeste vai de 5,7% em 1970, para

---

<sup>1</sup> Uma referência ao Artigo 34º da Lei n. 3.995 de 14/12/1961, que permitia a dedução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de capital 100% nacional que pretendessem investir no Nordeste. O Artigo 18º da Lei n. 4.239 de 27/06/1963, estendia esse benefício ao capital estrangeiro.

8,4% de importância na produção industrial brasileira. Já o Sudeste reflete o período de desconcentração no peso das indústrias do país e cai de 81% em 1970, para 69% em 1990 (GUIMARÃES NETO, 1997).

Com a intervenção militar o plano político da Superintendência começa a perder força, devido às mudanças na sua política de incentivos fiscais que deixa de ser exclusiva para o Nordeste, estendendo-se para outras regiões. Mesmo assim o Órgão participou da política dos polos de desenvolvimento proposto pelos militares no período conhecido como Milagre Econômico Brasileiro de 1968 a 1973, e viu sua estratégia de Desenvolvimento em escala Regional ser consideravelmente desestruturada com a reforma política de 1988 que concedia aos estados a responsabilidade do fomento a industrialização.

A política de polos do regime militar conduz o Nordeste à modernização do setor industrial que começa sua transição de produtor de bens de consumos não duráveis para especializar-se em bens intermediários. Como expõe Araujo (2000) entra em cena o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, no Maranhão, Salgema em Alagoas, polo de fertilizantes em Sergipe, os polos tecnológicos de Recife (PE) e Campina Grande (PB), responsáveis por desenvolver bases tecnológicas na região. No âmbito das indústrias tradicionais do Nordeste ganharam destaque o parque têxtil de Fortaleza (CE) e o polo de fruticultura do Vale do São Francisco, entre Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) (ARAUJO, 2000, p. 170).

Araujo (2005) sinaliza também que nesse contexto a economia nacional deixa de ser composta por economias regionais e transformasse em uma “economia nacionalmente regionalizada”. A participação nordestina na economia nacional cresceu, o PIB per capita do Nordeste evoluiu, mas as desigualdades entre os nove estados do Nordeste ainda é um entrave, e isso merece análise e requer atenção.

O Nordeste se integra a economia nacional, no entanto as disparidades intrarregionais passam a se expor com mais nitidez. Com a dinâmica da nova indústria nos anos de 1980 a economia industrial nordestina passar a ser mais complexa no sentido de estruturas modernas que convivem com economias tradicionais, o que contribui para o que a autora define como “vários nordestes”.

A expressão é mais bem entendida quando se analisa o conjunto das economias nordestinas e verificasse que houve o crescimento da região demonstrado por seus principais indicadores econômicos em comparativos com as demais regiões do país, mas dentro da região as estratégias dos polos não foram positivas para todos os nove estados.

A parte mais oriental do Nordeste, composta pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, sofreram uma tendência ao isolamento que para Araujo (2000) não conseguiram acompanhar a tendência de articulação comercial nacional, perdendo posições na produção do País.

Com a crise que levou ao fim do regime ditatorial e o reestabelecimento da democracia, a SUDENE tende a perder espaço devido a Constituição Federal de 1988, deixar a cargo dos Estados e Municípios a fixação, através de leis próprias, das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), passando a negociar os incentivos fiscais como forma de atrair novas indústrias.

Essa nova estratégia de desenvolvimento industrial agravou ainda mais as discrepâncias entre as regiões com debilidade. Na nova dinâmica 75% do ICMS arrecadado é de propriedade do Estado, os outros 25% são distribuídos entre os municípios do Estado. Do valor que cabe ao Estado é permitido pela Constituição Federal usar parte desta receita para estimular o investimento privado e promover a instalação de novos empreendimentos industriais ou a ampliação das unidades existentes, por meio de crédito subsidiado.

As vultuosas concessões dos Estados para atração de indústrias de grande porte, deu início ao que ficou conhecido como “Guerra Fiscal”. Conseguiu-se diminuir a concentração industrial no eixo Sul-Sudeste do Brasil, mas desigualdades inter-regionais e intrarregionais se agravaram a partir do momento em que é o mercado e não mais o Estado que passa a ditar as normas de promoção de uma “integração competitiva” (ARAUJO, 1999).

### **3 Estratégias de atração de indústrias: o caso da CINEP**

Com a mudança em 1988 a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), criada em 13 de novembro de 1967, passou a conduzir a industrialização do Estado, com base nas propostas da Constituição Federal. A partir de então coube a CINEP: promover o desenvolvimento industrial da Paraíba; administrar os distritos industriais; facilitar a implantação de novas empresas; atrair investimentos produtivos; promover a interiorização dos investimentos industriais e gerir os incentivos fiscais, financeiros e locacionais do Estado.

Para o desempenho das funções atribuídas ao órgão, foi instituído o Fundo de Apoio a Industrialização (FAIN), visando à concessão de estímulos financeiros, a implantação, relocação e ampliação de empreendimentos industriais que sejam declarados, por seu Conselho Deliberativo, de relevante interesse para o desenvolvimento do Estado. Desde então o FAIN é o principal mecanismo de atração de investimentos da estratégia estadual voltada para a indústria.

De acordo com a legislação do Fundo, a concessão do repasse do ICMS (empréstimo) às empresas beneficiadas é fixada nas seguintes faixas: empresas localizadas nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Conde poderá ser contemplados com 60% do que deveria ser repassado ao tesouro estadual; as empresas que desejarem ser instalarem nos municípios de Campina Grande e Queimadas poderão ser contempladas com 80%; já os demais municípios da Paraíba o índice pode chegar a 100%.

Tal concessão é mediada por análise do projeto enviado a CINEP onde atendam os requisitos de geração de renda tributária, absorção de mão de obra e a política de interiorização do processo de industrialização do Estado. Os percentuais mais elevados para as cidades mais distantes do eixo produtivo Litoral-Agreste caracterizam a estratégia de interiorização da indústria para regiões menos dinâmicas do Estado. Apesar do esforço os incentivos não foram suficientes para que a indústria da Paraíba conseguisse alcançar o dinamismo necessário para colocar o Estado em condição de destaque na economia regional, como veremos mais adiante.

Por mais que todos os estados atualmente estejam competindo com as mesmas estratégias de atração de investimentos, o ICMS, a Paraíba tem saído em desvantagem nos que chamamos aqui de “critérios de desempate” da guerra entre os estados. Com base em Cavalcanti, et al (1998) vence a guerra aqueles estados que possui fatores “extra-fiscais”.

Custo da mão de obra, vantagens locacionais específicas (infraestrutura de transportes e de telecomunicações) e aproximação do mercado consumidor e de insumos, são os fatores que tem se posicionado como fundamentais para a decisão do mercado de qual Estado vence a guerra. Acrescentamos aos critérios de desempate a limitação de recursos naturais e a deficiente infraestrutura.

Essas limitações para o progresso da indústria local são agravadas pela falta de uma política nacional, regional ou local em prol da promoção da industrialização, é notável que quando o mecanismo de concessão de incentivos pelos estados passou a ser a uma exclusiva forma de atração de investimentos as regiões com entraves pouco saíram favorecidas.

Pesquisa realizada por Brasil (2005) faz um levantamento que reflete o impacto dos incentivos do FAIN na economia e seus reflexos na geração do emprego industrial da Paraíba. A pesquisa destaca o período de 1988 a 2003, e mostra que nesse período o programa de incentivos do FAIN aprovou 345 projetos, a maior parte dos projetos aprovados foram para a instalação de empreendimentos novos o que refletiu a instalação de 262 empreendimentos.

Esses novos estabelecimentos industriais representaram 21,78% do total de indústrias criadas no Estado durante os anos que compreende a pesquisa. (BRASIL, 2005). Entre os municípios mais beneficiados com aprovações no FAIN para o período foram Campina Grande (32,4%), Cabedelo (4,2%), João Pessoa (26,7%) e Santa Rita (5,7%). O que fortaleceu ainda mais as cidades que compõe as maiores economias do Estado. O levantamento de Brasil (2005) ressalta também a expressiva participação do setor têxtil com a geração de 31,5% dos 6.434 novos empregos gerados na indústria paraibana no período

de 1988 a 2003. No contexto apresentado a estratégia foi positiva no sentido que mantém ativa a indústria do Estado.

Na falta de uma nova política de planejamento, prevaleceu à dinâmica da Guerra Fiscal onde cada Estado, principalmente aqueles de baixo dinamismo industrial como a Paraíba, passam a conceder incentivos que muitas vezes chegam a 100% do valor que deveria ser arrecadado em prol da atração da iniciativa privada para o Estado. Dinâmica que se constitui como a principal estratégia de desenvolvimento industrial dos estados Nordestinos para atração de grandes indústrias.

#### 4 A Indústria da Paraíba: indicadores recentes

Com a ressalva da participação do Polo de Tecnologia em Campina Grande, a Paraíba consagrou-se como um Estado com perfil industrial especializado na produção de bens de consumos não duráveis. Suas unidades produtivas mais dinâmicas são os setores de Fabricação de produtos têxteis, preparação de couros e artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, fabricação de celulose, papel e produtos de papel e fabricação de borracha e material plástico. Segmentos que compreendem as indústrias de transformação (bens de consumo) que é a que mais emprega no estado, 74.918 empregados no ano de 2010. Ocupando o quinto lugar, que representa 8% dos empregos formais gerados nesse setor no Nordeste, como demonstra a tabela abaixo.

**Tabela 1- Empregos Formais, por Setor de Atividade Econômica em 31/12, no Brasil e Nordeste – 2010 (Fonte: MTE/RAIS)**

Unidade Geográfica	Indústria Extrativa Mineral	% do NE	Indústria de Transformação	% do NE	Serviços Industriais de Utilidade Pública	% do NE	Construção Civil	% do NE	Comércio	% do NE	Serviços	% do NE	Administração Pública	% do NE	Agropecuária	% do NE	Total	% do NE
Maranhão	1.649	4,64	35.947	3,42	6.400	8,18	59.688	10,47	118.404	8,65	141.667	6,49	254.976	10,25	17.894	7,56	636.625	7,95
Piauí	668	1,88	27.170	2,58	4.826	6,17	30.951	5,43	71.813	5,25	94.458	4,33	140.946	5,66	6.631	2,80	377.463	4,71
Ceará	2.654	7,46	251.357	23,88	7.187	9,18	75.973	13,33	209.548	15,31	369.096	16,92	387.697	15,58	22.280	9,41	1.325.792	16,55
Rio Grande do Norte	8.710	24,48	74.776	7,10	6.177	7,89	38.508	6,76	102.291	7,47	146.634	6,72	183.683	7,38	14.247	6,02	575.026	7,18
Paraíba	1.258	3,54	74.918	7,12	7.698	9,84	31.822	5,58	83.959	6,14	119.148	5,46	246.541	9,91	14.160	5,98	579.504	7,23
Pernambuco	2.331	6,55	217.222	20,64	16.898	21,59	122.908	21,56	264.682	19,34	465.367	21,33	395.934	15,91	51.284	21,67	1.536.626	19,18
Alagoas	782	2,20	105.087	9,99	4.618	5,90	27.986	4,91	73.322	5,36	101.442	4,65	147.926	5,95	9.829	4,15	470.992	5,88
Sergipe	4.600	12,93	41.477	3,94	6.095	7,79	28.713	5,04	56.221	4,11	100.189	4,59	118.554	4,76	13.730	5,80	369.579	4,61
Bahia	12.924	36,33	224.490	21,33	18.360	23,46	153.474	26,92	388.218	28,37	643.319	29,49	611.843	24,59	86.604	36,59	2.139.232	26,70
<b>Nordeste</b>	<b>35.576</b>	<b>100,00</b>	<b>1.052.444</b>	<b>100,00</b>	<b>78.259</b>	<b>100,00</b>	<b>570.023</b>	<b>100,00</b>	<b>1.368.458</b>	<b>100,00</b>	<b>2.181.320</b>	<b>100,00</b>	<b>2.488.100</b>	<b>100,00</b>	<b>236.659</b>	<b>100,00</b>	<b>8.010.839</b>	<b>100,00</b>
<b>Brasil</b>	<b>211.216</b>	<b>-</b>	<b>7.885.702</b>	<b>-</b>	<b>402.284</b>	<b>-</b>	<b>2.508.922</b>	<b>-</b>	<b>8.382.239</b>	<b>-</b>	<b>14.345.015</b>	<b>-</b>	<b>8.923.380</b>	<b>-</b>	<b>1.409.597</b>	<b>-</b>	<b>44.068.355</b>	<b>-</b>
<b>NE/BR (%)</b>	<b>-</b>	<b>16,84</b>	<b>-</b>	<b>13,35</b>	<b>-</b>	<b>19,45</b>	<b>-</b>	<b>22,72</b>	<b>-</b>	<b>16,33</b>	<b>-</b>	<b>15,21</b>	<b>-</b>	<b>27,88</b>	<b>-</b>	<b>16,79</b>	<b>-</b>	<b>18,18</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/RAIS.

A participação da indústria de transformação e extrativa no mercado de trabalho corresponde a pouco mais que 76 mil pessoas empregadas. O comércio e o setor de serviços representam, no quesito absorção de mão de obra, o setor de maior participação. O segmento também se destaca como o maior peso na composição do PIB, fato comum entre as economias do Nordeste.

No quesito renda, a indústria se mostra como o setor dos maiores salários. Em 2011, mais de 57 mil trabalhadores, dos 74 mil totais, da indústria de transformação do Estado receberam entre 1 e 2 salários mínimos (R\$ 678). Um valor alto quando comparado ao setor de comércio que mais gera empregos na

região, mais de 80 mil pessoas. A indústria também se sobressai por pagar entre 2 a 5 salários mínimos ao maior número de empregados, 9.226 da indústria, contra 7.517 do comércio.

Entre os segmentos que compõe o PIB da Paraíba, a indústria tem se apresentado positivamente. A evolução do crescimento do PIB setorial na composição da economia do Estado, no comparativo de 2002 a 2010, a indústria se colocou como o setor que mais cresceu.

**Tabela 2 - Taxa de crescimento real da composição do Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba 2002-2010**

Taxa de crescimento real (%)									
Componente	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>PIB</b>	<b>4,8</b>	<b>5,3</b>	<b>2,8</b>	<b>4,0</b>	<b>6,7</b>	<b>2,2</b>	<b>5,5</b>	<b>1,6</b>	<b>10,3</b>
<b>Impostos, líquidos e subsídios</b>	<b>2,0</b>	<b>5,5</b>	<b>3,2</b>	<b>8,9</b>	<b>9,3</b>	<b>4,6</b>	<b>8,0</b>	<b>2,2</b>	<b>19,2</b>
<b>Valor Adicionado total</b>	<b>5,1</b>	<b>5,3</b>	<b>2,7</b>	<b>3,4</b>	<b>6,4</b>	<b>1,9</b>	<b>5,2</b>	<b>1,6</b>	<b>9,3</b>
• Agropecuária	11,0	8,5	-0,9	-4,4	20,0	-10,3	9,1	-10,2	-14,7
• Indústria	7,6	8,9	5,8	0,1	6,5	4,0	8,9	8,5	20,2
• Serviços	3,6	3,7	2,1	5,4	5,0	2,5	3,8	0,5	7,9

Fonte: IBGE / IDEME-PB

Esse crescimento foi fundamental para que a economia paraibana conseguisse manter-se, visto o declínio do setor agropecuário que tem se mantido em crescimento negativo acima dos 10% nos últimos dois anos. Crescimento que não foi mais impactante ao ponto de trazer o Estado para a posição ocupada em 1999 como quarta maior do nordeste, devido ao fato de seu crescimento não foi acompanhado pelo setor agropecuário. A tabela a baixo confirma a hipótese de a indústria foi essencial para que em números comparativos com a região a Paraíba não tenha se distanciado ainda mais do crescimento das áreas mais dinâmicas da região.



**Tabela 3 - Produto Interno Bruto do Brasil e estados do Nordeste, a preços de mercado corrente, e ranking na Região 2002-2010**

Unidade da Federação	Produto Interno Bruto (1.000.000 R\$) e ranking								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>BRASIL</b>	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.345	3.032.203	3.239.404	3.770.085
<b>NORDESTE</b>	191.592	217.037	247.043	280.545	311.104	347.797	397.500	437.720	507.502
<b>Maranhão</b>	15.449 4°	18.483 4°	21.605 4°	25.335 4°	28.620 4°	31.606 4°	38.486 4°	39.855 4°	45.256 4°
<b>Piauí</b>	7.425 9°	8.777 9°	9.817 9°	11.129 9°	12.788 9°	14.136 9°	16.760 9°	19.033 9°	22.060 9°
<b>Ceará</b>	28.896 3°	32.565 3°	36.866 3°	40.935 3°	46.303 3°	50.331 3°	60.099 3°	65.704 3°	77.865 3°
<b>Rio G. do Norte</b>	12.198 6°	13.515 6°	15.580 5°	17.870 5°	20.555 5°	22.926 5°	25.481 6°	27.905 6°	32.339 5°
<b>Paraíba</b>	12.434 5°	14.158 5°	15.022 6°	16.869 6°	19.951 6°	22.202 6°	25.697 5°	28.719 5°	31.947 6°
<b>Pernambuco</b>	35.251 2°	39.308 2°	44.011 2°	49.922 2°	55.493 2°	62.256 2°	70.441 2°	78.428 2°	95.187 2°
<b>Alagoas</b>	9.812 7°	11.210 7°	12.891 7°	14.139 7°	15.748 7°	17.793 7°	19.477 8°	21.235 7°	24.575 7°
<b>Sergipe</b>	9.454 8°	10.874 8°	12.167 8°	13.427 8°	15.124 8°	16.896 8°	19.552 7°	19.767 8°	23.932 8°
<b>Bahia</b>	60.672 1°	68.147 1°	79.083 1°	90.919 1°	96.521 1°	109.652 1°	121.507 1°	137.075 1°	154.340 1°

Fonte: BGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais/ IDEME-PB, Equipe de Contas Regionais.

Apesar de o Estado ter começado o século XXI amargando a perda de duas posições no ranking das economias regionais, desde o ano de 2006 esteve estável e ocupamos o sexto lugar entre os PIB per capita (obtido com a divisão da soma de riquezas do Estado pelo total da população) com o valor correspondente à R\$ 8.481, que não chega a 43% do valor nacional, e fica abaixo da média alcançada pelo Nordeste (R\$ 9.561), que já é considerada baixa, pois não equivale a metade da nacional (R\$ 19.766).

Na observação dos indicadores do PIB do Estado, em 2010, é possível perceber que as disparidades não se restringem apenas no âmbito regional. São notórias e alarmantes as desigualdades dentro do próprio Estado. Observe-se que as cinco maiores economias do estado correspondem a 58% do PIB estadual. São elas, João Pessoa, que representa 30,7% do PIB estadual; seguida por Campina Grande, com 13,6%; Cabedelo, 7,7%; Santa Rita, 3,9%; e Bayeux com 2,2%. Com exceção de Campina Grande, as demais cidades compõem a região metropolitana de João Pessoa, o que demonstra uma forte concentração da economia estadual na região do Litoral.

Fato que se deve pela maior oferta de matéria prima, como também da facilidade de transações comerciais e de serviços para essa indústria. Limitações que se apresentam como um embate a interiorização do setor industrial para além das estruturas mais dinâmicas do Agreste e Litoral. Outro ponto relevante dessa concentração recai sobre a política de incentivos fiscais que mesmo com a concessão de empréstimos subsidiados que podem chegar a 100% do ICMS para empresas que se instalem além das fronteiras do Agreste e Litoral, não tem conseguido atrair investimentos nas mesmas proporções das regiões mencionadas.

São nesses Municípios que se localizam as estruturas industriais mais dinâmicas do Estado, abrindo as maiores indústrias em número de empregados e influência do setor na economia local.

**Tabela 4 – Composição dos cinco maiores PIB da Paraíba período 2010 (Fonte: levantamento da autora)**

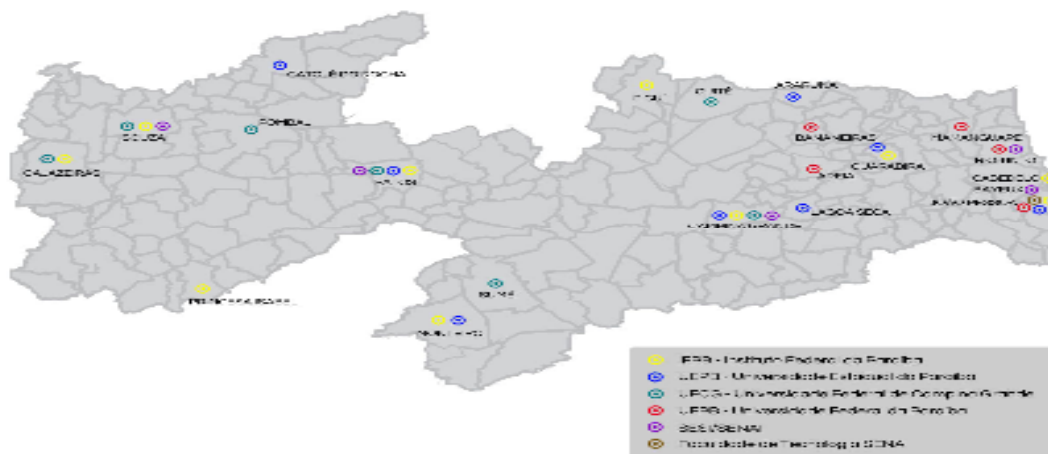
MUNICÍPIO	AGROP.	INDUS.	SERV.	IMP.	TOTAL
BAYEUX	0,2	18,1	71,6	10,1	100(698,617 Mi)
CABEDELO	0,2	12,3	64,8	22,7	100 (2,461 Bi)
CAMPINA GRANDE	0,2	27,7	60,3	11,8	100 (4,336 Bi)
JOÃO PESSOA	0,07	26,1	63,7	10,13	100 (9,805 Bi)
SANTA RITA	5	39,5	45,2	10,3	100(1,247 Bi)

A indústria de João Pessoa se destaca por sua agregação dos diversos setores da indústria. Os segmentos cimento, têxtil, cerâmica, metalurgia, bebidas e alimentos, compõe o versátil perfil industrial da capital do Estado. Campina Grande é o segundo em arrecadação no Estado, os R\$ 4,336 bilhões que compõe seu PIB tem 27,7% de participação da indústria um destaque para a indústria de calçados e têxtil e o setor de inovação tecnológica para a indústria de software, favorecido pelas universidades e o polo tecnológico localizados no município e que atuam como elementos dinâmicos da indústria local.

Em Cabedelo, as atividades portuárias é o principal ponto da economia do município, o que faz elevar a arrecadação de impostos. No caso de Santa Rita, a indústria de calçados e a indústria sucroalcooleira (açúcar, rapadura e álcool) são os responsáveis pela maior participação da indústria na composição do PIB em comparativo com as demais cidades. As indústrias do município de Bayeux se destacam nos setores das indústrias do beneficiamento de sisal, nas indústrias de calçados, têxtil e do cimento.

Melhores salários exigem níveis de escolaridade mais elevados, nesse contexto as oportunidades de qualificação para a indústria têm crescido no Estado. A educação nos níveis médio, técnico e superior tem se interiorizado nos últimos 10 anos, com a instalação de campus universitários das instituições públicas federais e estadual, além dos Institutos federais de educação tecnológica e dos centros de educação tecnológica para a indústria do litoral ao sertão do Estado.

**Mapa 1 – Distribuição espacial das universidades públicas, institutos federais e educação tecnológica para a indústria na Paraíba (Fonte:Levantamento da autora)**



O mapa mostra que a educação superior, técnica na Paraíba é interiorizada, apesar da leve concentração na região da Zona da Mata e Agreste. O fato dessa maior oferta de cursos e Instituições se dá em consequência da concentração industrial e populacional nessas regiões.

Na Paraíba o Serviço Social da Indústria/ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SESI/SENAI) é a Instituição que oferece cursos específicos para a indústria, as unidades de ensino se distribuem por todo o Estado, além dos cursos nas plataformas online, ponto considerado positivo na qualificação da mão de obra específica para a indústria local, como também no enfrentamento do analfabetismo funcional que atinge 33,4% da população.

Por analfabeto funcional, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), compreendem as pessoas que são capazes de ler e escrever coisas simples, no entanto não têm as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Um desafio para a qualificação da mão de obra no Estado.

## 5 Considerações

Apesar de uma trajetória de políticas de fomento industrial o Estado da Paraíba apresenta o seguinte perfil econômico: sexta economia do Nordeste, com renda per capita de R\$ 8.481, abaixo da média regional, sua indústria é tradicional, concentrada entre a região metropolitana de João Pessoa e o agreste do Estado, concentração refletida pelos resultados dos maiores PIB.

Nossa proposta nesse artigo foi a de caracterizar as estratégias utilizadas pelo Estado para a promoção da industrialização local. O que atribuímos inicialmente como uma “Política de Industrialização” caracterizou-se ao longo do caminho, mas como elemento de condução de normas estabelecidas a partir da Constituição Federal brasileira de 1988 do que necessariamente uma política planejada do Estado, a exemplo da política da SUDENE, no final dos anos de 1950.

Por falta de uma política nacional, regional ou local para a industrialização, o mecanismo de concessão de incentivos fiscais com base no ICMS passou a ser uma exclusiva forma de atração de investimentos para regiões com entraves. O que com o caminhar dos levantamentos pode ser percebido é que a estratégia do Estado de abrir mão de uma parte do ICMS, em favor do fomento a industrialização pouco tem fomentado o dinamismo econômico a ponto de melhoras significativas nos indicadores socioeconômicos do Estado.

A crítica que se faz a esse modelo é que o Estado tem deixado de arrecadar em nome de um dinamismo econômico que não tem sido suficientes para alavancar a economia da Paraíba e que tem se restringido a uma singela participação na geração de emprego de 76 mil empregos e renda pouco superior a um salário mínimo.

## 6 Referências

ARAÚJO, Tânia Bacelar (2005). **Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil**. In: Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. Organizador: Alencar Junior. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

----- (2000). **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

BRASIL, Patrick Moraes (2005). **Política de Incentivos Governamentais da Paraíba: Implicações sobre o desenvolvimento industrial e geração de empregos (1988-2003)**. 2005. Dissertação (mestrado em economia) Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FURTADO, Celso (2009). **Arquivos Celso Furtado nº 3: o Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964**. Editora Contraponto.

GAREIS, Maria da Guia Santos (1994). **Industrialização no Nordeste 1880-1920**. Editora Notrya, 1994.

GOODMAN, David e; ALBUQUERQUE, Roberto C (1974). **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira (1977). **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POLARI, Rômulo Soares (2012). **A Paraíba que Podemos ser: da Crítica à Ação contra o Atraso**. Editora UFPB. João Pessoa.

----- (1997) **Economia Paraibana: Análise, Problemas e Soluções**. Editora FUNAPE/UFPB. João Pessoa, 123p.

SILVA, Leonardo Alves da (2012). **A Industrialização Incentivada do Nordeste e o caso de Campina Grande**. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande.

TAVARES, Hermes Magalhães (2004). **Planejamento Regional e Mudança – o projeto Furtado-JK para o Nordeste**. Rio de Janeiro. HP Comunicação/UFRJ/IPPUR.